



Número: 51

Horta, Quinta-Feira, 4 de Setembro de 1986

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

III Legislatura
II Sessão legislativa

Presidente: Deputado Reis Leite
Secretários: Deputados Jorge Cabral e Manuel Goulart

SUMÁRIO

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS 10 ANOS DE AUTONOMIA

Os trabalhos iniciaram-se às 10.30 horas

Por acordo entre a Mesa, os Presidentes dos Grupos Parlamentares e os Representantes dos outros dois partidos com assento na Assembleia, a primeira parte desta Sessão destinou-se apenas à chamada dos Srs. Deputados. ¹

Os trabalhos foram suspensos às 10.40 horas, sendo reiniciados às 15.00 horas.

Na segunda parte teve lugar a Sessão Solene comemorativa dos 10 anos de Autonomia, à qual esteve presente Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, encontrando-se presentes na Sala de Sessões as principais autoridades civis, eclesiásticas e militares, bem como outros convidados.

Proferiram intervenções sobre o significado de tão importante acontecimento, os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Alvarino Pinheiro (CDS), Dionísio de Sousa (PS) e Madruga da Costa (PSD) e o Senhor Presidente da Assembleia Regional, Dr. Reis Leite.

Por fim, discursou Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Os trabalhos terminaram às 16.30 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, Alvaro Monjardino, António Silveira, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder

Cunha, João Bernardo Rodrigues, João de Brito, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, José Carlos Simas, Madruga da Costa, Mário Freitas, Manuel Valadão, Natalino Viveiros, Reis Leite, Renato Moura; PS - Carlos César, Carlos Mendonça, Conceição Bettencourt, Dionísio de Sousa, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos,

João Macedo, José Manuel Bettencourt, José Resendes, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; CDS - Alvarino Pinheiro, José Ramos Lias).

Presidente: Estão presentes 37 dos Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. O público pode entrar.

Srs. Deputados, como ontem tinha ficado entendido, era só para abrir a Sessão e fazer-se a chamada. A Sessão vai ser interrompida.

O Sr. Presidente da República, como sabem, chega às 13 horas e 15 minutos ao aeroporto da Horta.

Já combinei com os Presidentes dos Grupos Parlamentares sobre quem estaria no aeroporto para apresentar cumprimentos, obviamente os Srs. Deputados que quiserem e puderem também estarão.

Pedia também aos Srs. Deputados que logo para a Sessão Solene que, como sabem, é às 15.00 horas, ocupassem os vossos lugares um pouco antes, para facilitar o protocolo.

Queria dar conhecimento de que recebi hoje, os cumprimentos de dois Senadores, do Estado de Rhode Island, que estão de visita aos Açores, o Sr. John Rivens e o Sr. John Correia que vieram apresentar cumprimentos e trazer à Assembleia Regional uma "Citation" de parabéns pelos 10 anos da Assembleia Regional, enviado pelo Senado do Estado da Rhode Island.

Trouxeram-nos também uma bandeira do Estado de Rhode Island e uma outra bandeira da comemoração dos seus 350 anos como Estado e, além disso, um poster dos 100 anos da Estátua da Liberdade, que coincidem com os nossos 10 anos de Autonomia, o qual se encontra na sala de reuniões da Mesa da Assembleia e que, obviamente, está à disposição dos Srs. Deputados.

Interrompemos, por agora, os nossos trabalhos. Recomeçá-los-emos às 15.00 horas.

Muito obrigado.

(Eram 10.40 horas)

Presidente: Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 15.10 horas)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para falar em nome do Partido Comunista Português.

Deputado José Decq Mota (PCP): Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, ilustres convidados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo, Senhores Deputados:

Reune-se hoje esta Assembleia Regional com a finalidade exclusiva de assinalar o 10º Aniversário da Autonomia Regional.

A presença e participação de Sua Excelência o Presidente da República nesta sessão solene

marca de forma inequívoca, quer a relevância que a Autonomia Regional assume no quadro do Estado, quer a importância que essa mesma Autonomia tem como factor de preservação da unidade da Nação.

Realiza-se esta sessão comemorativa no exacto momento em que, nos termos constitucionais aplicáveis, o processo de aprovação da Lei de Revisão do Estatuto é de novo levado à Assembleia da República.

Queremos exprimir sobre esta matéria o entendimento de que o normal funcionamento das instituições democráticas permitirá resolver a questão surgida de forma serena e rigorosa.

Comemorar o 10º Aniversário da Autonomia não deverá ser nem oportunidade para um acumular de palavras sem um sentido útil, nem momento ou sede própria para procurar esclarecer situações que, sendo importantes, não se podem confundir com o essencial.

Comemorar o 10º Aniversário da Autonomia terá que ser, antes de mais e acima de tudo, ocasião privilegiada para procurar clarificar o essencial do entendimento que se tem sobre a autonomia e contribuir para a sua consolidação e defesa.

Considera, por isso, o PCP, assumir esta sessão o carácter de importante e significativo acontecimento político.

Para se compreender profundamente a Autonomia tem que se ter bem presente a realidade das Regiões Autónomas nos seus múltiplos e complexos aspectos.

Para se defender consequentemente a Autonomia tem que se ter, igualmente, bem presente, que o modelo constitucionalmente vigente não satisfaz as ambições e os desígnios de domínio de alguns.

As instituições autonómicas existem, têm os seus poderes, no essencial, definidos e essa existência associada a esses poderes determinam a possibilidade dos Açorianos fazerem face às especificidades e aos problemas concretos da sua Região.

Não é no entanto suficiente constatar-se a existência de órgãos regionais com poderes próprios para se poder definir a Autonomia. Há que aprofundar mais e verificar-se-á que a Autonomia só surgiu com a democracia e tal não acontece por acaso.

Só após a implantação do regime democrático teve o conjunto do País condições para reconhecer que os Açores e a Madeira eram regiões com especificidades tais que se impunha, para elas, sem quebra da unidade do Estado, mas antes como factor da unidade da Nação, uma forma de organização do poder que correspondesse, à partida, a essas particularidades - esta é, rigorosamente, a mais profunda e verdadeira raiz democrática da Autonomia Regional.

Por outro lado não se pode perder de vista que entre o sistema constitucional da Autonomia e o todo que é a Constituição há uma relação umbilical, que se fosse cortada, significaria a liquidação da Autonomia.

Por outras palavras cabe acentuar que, por um lado, a Autonomia só se cumpre, só se realiza e só se aprofunda no quadro do regime democrático e por outro lado o regime democrático pressupõe para sua defesa a existência do sistema autonómico.

Por tudo isto o PCP defende que a Autonomia Regional é uma grande conquista da Revolução de Abril, que, enquadrada nas instituições e na vida democrática nacional, corresponde a exigências da realidade objectiva e a sentidas aspirações das populações dos Açores e da Madeira.

Por tudo isto o PCP defende consequentemente a Autonomia Regional que, tal como as outras grandes conquistas de Abril, ficou consagrada na Constituição.

Por tudo isto o PCP entende que os grandes marcos definidores da Autonomia, tais como a existência e o processo de constituição dos órgãos regionais, a definição do essencial das suas competências próprias a ligação entre a Autonomia e a Soberania Nacional e a representação desta na Região, devem ser considerados dados adquiridos e estabilizadores desta nova e importante realidade política do nosso País que é a Autonomia Regional.

O PCP não recusa nem nunca recusou considerar, apoiar e até promover, tal como aconteceu, por exemplo, no recente caso das normas de enquadramento da aprovação do Orçamento Regional, aperfeiçoamentos funcionais, integração de lacunas ou clarificação de aspectos que se prendem com esta realidade que é a Autonomia.

O PCP recusa, isso sim, que se parta do falso princípio que a Autonomia é uma abstracção, que pouco ou nada tem a ver com a Constituição da República e que poderia, periódica ou permanentemente, entrar em "roda livre" até ao infinito!

E neste ponto que se situa a mais profunda e permanente perversão que é exercida sobre a Autonomia Constitucional.

Sem qualquer receio que as palavras pareçam duras há que dizer que esses que se proclamam de uma "Autonomia sem limites" visam pura e simplesmente ferir de morte a unidade nacional.

Por outro lado há que acentuar, também de forma muito clara, que todas as reacções centralistas, realizadas por palavras e por actos, e muitas têm sido, têm única e exclusivamente como consequência ajudar a abrir campo de acção e influência aos que fazem da confrontação o seu método preferido, aos que visam enfraquecer o espírito de unidade nacional que une todos os portugueses e aos que visam aprofundar práticas

de poder pessoal ou de grupo.

As absurdas e inaceitáveis perversões separatistas exercidas sobre a Autonomia democrática e constitucional provocam, não menos absurdas e inaceitáveis reacções centralistas. Estas por seu turno, dão lugar a fenómenos de rejeição que abrem campo de acção às actividades anti-patrióticas.

A constatação desta realidade é a demonstração óbvia da justeza e da necessidade que há em defender e consolidar a Autonomia Constitucional.

Ao longo destes anos ficou muito claro que os Açorianos não querem nem separatismo nem centralismo - querem sim, de forma sentida, a possibilidade de resolverem, no quadro nacional, os seus problemas próprios e a isso chama-se Autonomia.

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, Ilustres Convidados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional, Senhores Deputados:

Ao longo destes 10 anos de existência do sistema autonómico o exercício do poder político regional tem sido, em virtude de um conjunto de complexas razões económicas, sociais, culturais e históricas exercido não só num claro sentido conservador como também com fortíssimos traços anti-democráticos e anti-populares.

Esse poder regional, exercido no quadro da Autonomia Constitucional, proclama, por palavras, o carácter democrático da Autonomia mas muito fez e faz para limitar, restringir ou liquidar direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Não é possível apregoar a defesa da Autonomia e ao mesmo tempo pretender restringir ou limitar os direitos dos trabalhadores e das suas associações de classe, mas essa prática é ainda corrente.

Fazer do funcionamento do sistema autonómico como que uma barricada dos interesses da classe economicamente dominante, é o que realmente tem sido feito com uma política económica que concebe a Região como entidade financiadora de uma pequena parte da iniciativa privada e de um restrito número de "clientes"; é o que realmente tem sido feito quando se define uma política agrícola que não só não tem em conta a existência de milhares de pequenos agricultores, como procura motivar de forma acelerada e drástica a sua redução; é o que realmente foi feito com a entusiástica defesa política da adesão à CEE sem nenhuma profunda ponderação das consequências económicas de tal adesão.

As breves referências aqui feitas à política do actual poder regional servem para dar suporte a uma ideia que tem que ser determinante na actividade política e que se resume na necessidade de se alcançar a plena democratização do funciona-

mento do sistema autónómico.

A defesa da Autonomia exige uma ampla conjugação de esforços nesse sentido sob pena de se instalar na vida política regional uma situação de descrença e de crescente não participação das populações.

Só motivando a maioria do Povo desta Região, constituída por trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria, por jovens, por homens e mulheres que labutam dura e penosamente se conseguirá abrir caminhos largos e rasgados para um futuro de mais liberdade, de maior justiça e de efectivo progresso.

O desafio que se põe ao sistema Autónómico é esse e não qualquer outro inspirado na ambição, em ideias passadistas ou em aventureirismos perigosos.

Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Ilustres Convidados, Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo Regional, Senhores Deputados:

Para nós comunistas comemorar os 10 anos da Autonomia é, por um lado, assinalar a criação de um sistema de governo próprio desta Região, sistema esse que corresponde aos anseios e às necessidades destas ilhas e do seu Povo e contribui para a dignificação da democracia portuguesa pela qual lutámos, mas é também uma ocasião em que, indispensavelmente, se tem que apelar para que seja criada maior força política e maior energia colectiva, no sentido de se vir a colocar esse sistema de governo próprio a trabalhar de forma efectiva no progresso destas ilhas e na valorização de todo o nosso País.

Como açorianos que somos lutamos e lutaremos para que nesta Região Autónoma seja possível construir um futuro onde as humilhações do passado sejam esquecidas e as dificuldades do presente sejam ultrapassadas.

Como portugueses que somos lutamos e lutaremos para que no conjunto do nosso País se possa viver com maior felicidade, igualdade, justiça e paz.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para falar em nome do Centro Democrático Social.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Membros do Governo Regional, Senhores Deputados, Senhores convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Ao comemorarmos solenemente o décimo aniversário da Autonomia Regional estamos a festejar a grande conquista do povo dos Açores e uma

das mais válidas criações da democracia portuguesa.

Trata-se de um acto da maior transcendência para os Açores e para o País.

Tal como na sessão solene de abertura desta Assembleia Regional, a 4 de Setembro de 1976, cuja vinda do então Presidente da República, General Ramalho Eanes, constituiu a maior garantia da solidariedade nacional para uma experiência que se afigurava tão legítima quanto inovadora, a presença de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, Dr. Mário Soares.

Nesta sessão solene, para além de testemunhar a renovação do compromisso assumido pela Nação, há uma década, consagra o público reconhecimento, do Estado Português, pela maioria política dos Açorianos, a par, de constituir o maior estímulo, para a prossecução do grande projecto, que tem, inequivocamente, mobilizado o povo dos Açores - a Autonomia.

Aspiração, com raízes no passado histórico distante, a opção Autónoma dos Açorianos, acabou, por se concretizar e viabilizar, através duma geração, que teve a felicidade, de partilhar a libertação do seu país, e a sua plena democratização. Porém, os esforços desenvolvidos pelos nossos antepassados, em prol da Autonomia dos Açores, constituíram, suporte histórico fundamental, e moldaram decisivamente, a nossa determinação e persistência.

Para eles a nossa homenagem e a nossa gratidão.

A par desses contributos, não podemos esquecer, nestas comemorações, o papel desempenhado pela Junta Regional dos Açores, sob a Presidência do General Altino de Magalhães, que num período conturbado da vida nacional, soube, com inteligência, salvaguardar os interesses dos Açores e do país e preparar, com ponderação, a desejável transição para as legítimas estruturas representativas do povo açoriano.

Iniciada a implementação da Autonomia, esta última década da vida na Região processou-se com uma dinâmica e uma vivacidade só possíveis a quem detém órgãos de governo próprio.

Porém, antes de mais, foram dez anos de luta, dez anos de porfiado esforço, para a construção de uma Região Política, onde a perspectiva global assumisse papel determinante nas estruturas Autónomas, residindo, neste particular, a primeira grande vitória do povo Açoriano, materializada, sobretudo, nas acções e no trabalho desenvolvidos por esta Assembleia Regional, onde, por excelência, se traduz a vontade popular.

Foi nesta Assembleia, através do diálogo franco, da discussão acalorada, mas fraterna onde a divergência nos enriquece, que a autonomia se foi construindo.

Com hesitações, com erros, com dificuldades

inerentes a quem está a inovar, mas, com o elevado sentido das responsabilidades que caracteriza a grandeza da nossa missão de representantes do povo, fomos capazes de pôr ombros a uma obra que para além de servir os mais legítimos interesses e anseios dos Açorianos, deve honrar, porque dignifica, a própria Nação.

A recente discussão das propostas de alteração ao Estatuto da Autonomia, foi a prova da capacidade de entendimento que é possível gerar neste hemisfério. A sobreposição dos verdadeiros interesses regionais, aos projectos partidários, e à busca de consensos úteis ao processo autonómico, foi a tónica do trabalho desenvolvido, que mereceu uma assinalável compreensão, por parte da Assembleia da República.

Aliás, esta atitude de profunda solidariedade do Parlamento Nacional, não pode deixar de constituir inequívoca prova de confiança, dos representantes do povo português, neste órgão máximo da Autonomia Açoriana.

Assim o mantenham, como é seu indeclinável dever.

Num momento em que algumas incompreensões se esbatem em relação a naturais e desejáveis evoluções no quadro Autonómico, a reforçada solidariedade das mais significativas e representativas instituições nacionais, afigura-se indispensável para o normal desenvolvimento do processo Autonómico.

Exigimos, assim, maior compreensão e efectiva solidariedade dos órgãos de soberania, porque estamos convencidos que o merecemos.

Já o demonstramos durante 10 anos.

Estamos determinados a prosseguir.

Senhor Presidente da República:

Somos modestos em muitos capítulos, apresentamos ainda grandes carências em domínios fundamentais da vida económica e social, estamos na cauda do desenvolvimento e muitas vezes ainda nos dividimos internamente. Porém, beneficiamos de enormes potencialidades económicas e negociais que pretendemos desenvolver para nosso bem e grande benefício do próprio país, como de resto tem acontecido até agora, para alegria nossa.

Mas a grande virtude e a maior força dos Açorianos é a sua unidade perante o exterior.

A sua plena convicção, nas virtualidades da solução autonómica.

A sua fé, de que só em auto-Governo, se poderá encontrar as soluções mais adequadas para os seus anseios.

A sua esperança, de que, quem tem a coragem de se fixar e viver nestes rochedos, será capaz de lhes imprimir o desenvolvimento digno e compatível com a evolução que se vive nos dois continentes, para além deste mar que nos abraça e molda.

Essa nossa indiscutível identidade tem que

ser crescentemente respeitada e engrandecida pelos órgãos de poder central.

Como dignos descendentes dos nossos antepassados portugueses, que corajosamente povoaram estas ilhas, há quinhentos anos, queremos continuar a ser parte integrante da nação.

Queremos continuar a contribuir para o engrandecimento da pátria.

Modestamente, embora, queríamos ainda partilhar, com o resto do país, o exemplo da nossa experiência política e da maturidade entretanto atingida nas nossas instituições.

Senhor Presidente da República:

O humilde e trabalhador povo Açoriano, cedo percebeu que só em Autonomia poderá aspirar ao desenvolvimento económico e social.

O Povo, cedo percebeu, que esta é a solução portuguesa e açoriana.

Ao comemorar estes 10 anos de Autonomia, todos aguardavam, que o país e a região, já tivessem atingido o ponto de equilíbrio, correspondente à experiência partilhada neste intenso percurso que a todos envolveu.

Infelizmente, ainda surgem escolhos aqui e ali e, sobretudo, onde menos se espera, como agora, incompreensivelmente, está acontecendo.

É natural, pois, que o povo exija um maior entendimento entre os centros de decisão, para se obter a maximização das virtualidades do sistema.

É que, Senhor Presidente, o povo dos Açores está fortemente empenhado no progresso da sua terra, aguarda mesmo que se concretize a satisfação de muitas das suas necessidades básicas, indispensáveis a uma vida digna.

Por isso, não espera pois o país que a generosidade dos Açorianos se envolva na teia das lutas políticas de bastidores que tantas mazelas têm acarretado à Nação.

Por isso, não espere pois o país que o povo Açoriano se envolva em campanhas anti-militares, como também não espere o país qualquer posição pró-militares.

Não espere pois o país que eventuais dúvidas extemporâneas sobre a legitimidade e protocolo dos símbolos regionais possa quebrar a indefectível aposta dos Açorianos na sua Autonomia, que, por sua vez, não poderá ter tutelas dominadoras nem centralistas.

Nós, os que exercem funções políticas em representação do povo Açoriano e do povo Português, temos a estreita obrigação, de afastarmos, de uma vez por todas, quaisquer desconfianças que, violando o consenso nacional, introduzam elementos de instabilidade na natural evolução dos projectos português e açoriano.

Senhor Presidente:

O Estado Democrático não pode temer a Autonomia.

Pelo contrário, dela se deve orgulhar.

A Autonomia está para os Açorianos como a democracia para os Portugueses.

Jamais perderemos nem uma nem outra!

Tenho dito.

(Deputado do PSD: Muito bem!)

(Aplausos do PSD, CDS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa, para falar em nome do Partido Socialista.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional, Senhor Ministro da República, Senhores Deputados e Membros do Governo, ilustres convidados:

Se bem ajuízo, todos os oradores de todas as sessões comemorativas, como aquela em que ora participamos, têm consciência - a que melhor ou pior se acomodam - que o mais importante, o realmente significativo, nestes momentos altos da vida colectiva não são os discursos proferidos - pese embora o brilho possível das ideias, o sentido de oportunidade das palavras ou a excelência das afirmações - mas os próprios actos em si mesmos considerados, e nas circunstâncias que os acompanham, nomeadamente, o lugar onde se realizam, a data da sua realização e as presenças ou ausências de determinadas representações ou personalidades.

Mais alto, e quase sempre melhor, do que as palavras nelas proferidas, falam aqueles aspectos, do significado explícito e dos múltiplos significados latentes destas sessões comemorativas.

Assim é, de modo exemplar na comemoração de hoje. Na comemoração, pela Assembleia Regional, do 10º aniversário da Autonomia Político-Administrativa da Região Autónoma dos Açores.

O que contribui para dar especial significação histórica e relevo próprio, a esta Sessão Solene é, antes de mais, a entidade que a promove e o lugar em que a realizamos.

Na Assembleia Regional e não em qualquer dos palácios - sede do Governo Regional. Na Assembleia Regional e não em qualquer das residências ou Gabinetes do Ministro da República. Com os Órgãos de Soberania presentes, mas como convidados. Com o Governo Regional participante, mas não promotor. Com Deputados da Assembleia da República presentes, mas como ouvintes.

Como é óbvio, não está, nem no significado explícito, nem na significação latente destas afirmações, contestar, a qualquer daquelas entidades a legitimidade para promover actos idênticos. Pelo contrário, esperamos que os promovam e rivalizem na sua multiplicação e no seu brilho.

Esperamos, particularmente, que a oportuna proposta apresentada na Assembleia da República, em momento de unanimidade e aclamação da revisão

do Estatuto da Região, pelo deputado açoriano eleito pelo Partido Socialista, para que aquela Assembleia dedique uma das suas futuras reuniões plenárias à comemoração do aniversário da Autonomia dos Açores, tenha o acolhimento merecido.

De certo, não me levarão a mal, aproveitar este momento para deixar o recado e trazer à colação uma proposta que duplamente me respeita, como açoriano, pela sua finalidade e como socialista pela sua propositura.

Sem menosprezo por títulos ou méritos alheios, o que não padece contestação é que, entre os órgãos de governo próprio da Região, e mesmo em relação aos próprios órgãos de Soberania, a Assembleia Regional é a única que plenamente corporiza aquilo que todos os outros apenas parceladamente podem incarnar.

E, por um lado, o único que, na Região, detem a representação directa do poder político, nacionalmente apenas derivado, mas regionalmente originário.

E, por outro, a única que, por força da própria Lei Eleitoral é rosto e espelho político da globalidade das características geográficas, económicas, sociais e culturais que, constitucionalmente, fundamentam a Autonomia. E ela mesmo ainda, o mais perfeito instrumento do objectivo que a Autonomia, também constitucionalmente, visa: a participação democrática dos cidadãos, dos açorianos, na formação e na acção do poder político.

E, se tudo isto é verdade no plano institucional, não menos verdade é, no plano factual, que as limitações à sua projecção e as dificuldades à sua actuação que, mais do que outro factor qualquer, condicionaram a sua existência durante esta primeira década da Autonomia, traduzem muitas das dificuldades de um regime parlamentar puro, de um regime político de Assembleia ser também culturalmente arquipélago e não mero somatório de ilhas, e politicamente região e não mero agregado de autarquias.

Senhor Presidente da República, Senhores Deputados, ilustres convidados:

Sabemos que muitas razões, algumas de simples conjuntura, determinaram a escolha da data de 4 de Setembro, para a comemoração, pela Assembleia Regional, dos 10 anos de Autonomia, repetindo acto solene da sua inauguração, ocorrido exactamente 10 anos antes, contados dia por dia senão hora por hora.

A força das circunstâncias poderia ter levado a optar por outras datas, com igual antiguidade e não menor relevo.

A 27 de Junho de 1976, realizaram-se as primeiras eleições de deputados para esta Assembleia. A 21 de Julho seguinte reunia-se ela, por direito próprio, pela primeira vez.

Congratulemo-nos, porém, com a sagueza das

circunstâncias, porventura cega mas profunda, que forçaram à escolha de 4 de Setembro.

A justeza da escolha tem a ver com as presenças ou ausências que mais do que as palavras, dão significado a actos comemorativos.

A 4 de Setembro de 1976 ponde esta Assembleia reunir na sua primeira sessão solene, representantes de todos os órgãos de soberania.

A força da aposta consistia, em 10 anos passados, repetir o feito.

O seu significado simbólico era também óbvio. Testar, digamos assim, fisicamente, se a obra açoriana da autonomia, no seu início frontalmente assumida por todos os representantes do Estado e da Nação Portuguesa, continuava 10 anos transcorridos, a merecer o mesmo aval político nacional. Tentar, a expressão visível e claramente vista, de que uma década de autonomia regional frutificara, para além dos conflitos ou divergências ocasionais, "em reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses" como a Constituição propugna.

Apraz-nos registar que as ausências que se constatam nesta sala nomeadamente as do Senhor Presidente da Assembleia da República e do Senhor Primeiro Ministro porque, meramente circunstanciais, não assumem significado político.

Apraz-nos mais ainda registar que a presença de V.Exª Senhor Presidente da República como garante, que constitucionalmente é, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas, é a confirmação palpável de que aqueles objectivos continuam a ser prosseguidos com a vitalidade própria da democracia.

Senhor Presidente da República, Senhores Deputados, ilustres convidados:

Figura de relevo Nacional do Partido Socialista e desde sempre ligada aos problemas jurídicos e políticos das autonomias regionais, em conferência efectuada em Ponta Delgada em 1982 afirmava: "a Região Autónoma, dotada de autonomia simultaneamente política e administrativa, "tertium genus" entre o estado federado e a autarquia de grau superior, continua a padecer de indefinição de contornos. Sabe-se o que tem de ser **a mais** e **a menos** para que se não confunda com qualquer daquelas suas fronteiras. Mas não, seguramente, o que assim balizada, é, como categoria em si".

E rematava: "talvez nesta margem de indefinição - que é como quem diz de elasticidade - resida a sua maior virtude: a de não ser um leito de Procusta".

Socorro-me desta visão optimista sobre a indefinição de contornos das autonomias, como vacina contra o pessimismo que, em recente comentário jornalístico, assim se exprimia: "10 anos depois, continua-se a discutir se as ilhas devem ser consideradas como um município grande ou

um Estado pequeno".

É evidente que o jornalista citado aponta para um nível de indefinição que traduz apenas a indefinição da ignorância.

Como noutro texto bem esclarecia aquele mesmo político a Região não é uma **autarquia mais**, nem a autarquia é uma **região menos**. São entidades sócio-económicas e políticas diferentes. E acrescentava ainda: "São disso exemplo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, embora também elas não sejam regiões administrativas mais, nem as regiões administrativas, regiões autónomas menos".

Esta indefinição de contornos tem sido considerada, de quadrantes políticos diferentes ou apenas em momentos políticos diferentes, sucessivamente ora como um mal a que urge pôr cobro, ora como uma originalidade sadia da evolução do processo político português depois de 1974.

Estes últimos que assim pensam salientam que a conflitualidade será sempre inevitável, num processo de diferenciação e afirmação regional, para uma nação em que a consolidação da ideia de Estado, resultou de um longo percurso histórico no qual, contraditórias tendências centrípetas e centrífugas sempre se contrabalançaram em precários equilíbrios.

Tal conflitualidade poderá ser deslocada de um domínio para o outro, poderá ser surda ou aberta, violenta ou atenuada, mas tenderá a renascer continuamente, por vezes mesmo, das cinzas apagadas de um acordo anterior.

Enquanto, porém, aquelas balizas atrás mencionadas - o estado federado e a autarquia - se mantiverem claras como ponto de referência, todas as décadas futuras da autonomia poderão terminar como esta, em sessão comemorativa.

Disse.

(Aplausos de pé do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa, para falar em nome do Partido Social Democrata.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente e Membros do Governo Regional, Senhores Deputados, ilustres convidados, minhas senhoras e meus senhores:

A Assembleia Regional dos Açores reúne hoje em sessão plenária para assinalar de forma solene o 10º aniversário da Autonomia - o 10º aniversário do funcionamento democrático dos órgãos de governo próprio, legitimamente mandatados pela escolha livre e democrática do Povo do Açores.

A presença nesta sessão do Senhor Presidente da República, como Chefe de Estado, entendemo-la como forma de significar a solidariedade nacional relativamente a uma realidade que tendo

encontrado consagração na Constituição de 1976, se definiu como um grande projecto nacional. A Autonomia das Regiões Insulares foi talvez o maior e o mais expressivo passo do nosso país no sentido da mudança e da modernidade.

Velhas aspirações e históricos anseios autonomistas do povo dos Açores encontraram resposta adequada nessa consagração, fruto da instauração do regime democrático em Portugal, ela é pois a resposta a uma realidade já existente, tantas vezes reclamada e outras tantas sufocada.

E em 1976 rejubilava-se. Era-nos finalmente reconhecido o direito de construirmos por nós próprios o nosso futuro, tendo em mente que a autonomia, agora administrativa e sobretudo política era o límpido reconhecimento do nosso direito à diferença.

Tínhamos na nossa frente o caminho aberto para o desenvolvimento económico, social e cultural. Era a activa participação dos açorianos na tarefa aliciante de vencer o desafio desse desenvolvimento.

Era a consciência de que esta era a nossa aportação esforçada e séria para a dignificação do país e para estreitar os laços de solidariedade entre todos os portugueses.

E por isso, desde sempre, a autonomia, tal como consagrada na Constituição e no Estatuto, não é encarada como fim em si mesma, senão como o instrumento que visa a consecução daqueles objectivos. E assim se compreende que não possa ser processo estático, acabado.

Não. A Autonomia Regional é antes dinamismo, é contínuo labor de aprofundamento de conceitos, melhoria de soluções, de alargamento de oportunidades e virtualidades.

Não é, não pode ser nunca processo administrativo e burocrático estiolante e desmotivador, pois seria a subserviência ao centralismo.

A Autonomia é o escancarar de portas à criatividade inteligente de um povo que dia a dia, aqui e noutras paragens do Mundo, constroi a sua região e o seu país. Nos Açores, 10 anos Autonomia, já não são apenas experiência, são também já certeza de que este é o nosso caminho seguro, de que esta é a resposta exacta.

Caminho e resposta que tem sido encontrado na liberdade, na tolerância, no diálogo, na paz, na estabilidade e na boa fé.

Tem sido com este núcleo de princípios e com as propostas que deles se desenvolvem que o Partido Social Democrata sempre se tem apresentado ao eleitorado e deste tem recebido sucessivas provas de confiança. E portanto esta a Autonomia que defendemos, consagrada, aliás, na Constituição e no Estatuto.

E continuaremos a defendê-la porque, para tanto, temos mandato do povo dos Açores.

Ao cabo de 10 anos de vivência de autonomia democrática, tínhamos o direito de esperar, que se não duvidasse da clareza das nossas propos-

tas e da limpidez dos nossos objectivos.

O diálogo, diria, permanente que se tem mantido entre os órgãos de governo próprio e os órgãos de soberania, ora mais fácil, ora mais difícil, dava-nos a convicção de que velhos fantasmas e suspeições se haviam completamente esbatido, de que finalmente se lograra alcançar um clima de confiança e diálogo e de que se entendera, duma vez por todas que o desenvolvimento da Autonomia Regional dos Açores, é a nossa forma de participar na construção e desenvolvimento do Portugal moderno, europeu, comunitário.

Enganá-mo-nos.

Razão tinha Francisco Sá Carneiro, que sempre olhou os Açores e a Autonomia, sem complexos, para afirmar que o separatismo não está nos Açores, está no Continente, radica-se na não confiança.

(Aplausos e vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!)

Pergunto-me e é legítimo que qualquer pessoa o faça, como é que a interpretação distorcida e menos correcta de preceitos da lei de Revisão do Estatuto, vindas a lume na comunicação social e retiradas dum documento produzido por sectores importantes da vida pública nacional, pôde gerar tanta controvérsia, criando-se falsos problemas, dando dos Açores e dos Açorianos uma imagem que não podemos aceitar e que dificilmente se remediará.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

Tratamos aqui das questões duma outra forma. Procuramos ter destas coisas uma perspectiva de Estado. A proposta de lei de revisão do Estatuto apresentada por esta Assembleia à Assembleia da República, não é um panfleto nem um manifesto político, é um documento sério e honrado que nos custou muitas horas de trabalho, muito esforço de diálogo, muita procura de consensos.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

Foram alguns dias de trabalho, fruto destes largos anos de experiência.

A Assembleia da República apreciou-o.

Houve encontros entre a Comissão especializada da Assembleia da República e uma deputação da Região. Em devido tempo, a Assembleia Regional pronunciou-se sobre as alterações que na Assembleia da República se achava por bem introduzir.

A lei de Revisão do Estatuto foi finalmente aprovada por unanimidade e aclamação na Assembleia da República.

Foi um processo que demorou o seu tempo e sempre respeitando os preceitos legais que a ele se referem.

Contrariamente ao que foi largamente propalado, com nítidas intenções desestabilizadoras,

não foi a Assembleia Regional dos Açores, nem tão pouco a Assembleia da República que agiram sob qualquer pressão.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

A Autonomia não é uma preversão de democracia, o que seria absurdo pensar-se era que, dado os fundamentos históricos e as especificidades das regiões insulares, um regime democrático negasse a Autonomia.

E esta é irreversível.

E esta como processo dinâmico que é, vai também criando as suas praxes e a sua própria dignidade. A estas novas realidades tem de corresponder novos conceitos e até categorias mentais...

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

...E que anda por aí alguma confusão. As regiões autónomas não são regiões administrativas, a autonomia política é coisa bem diferente de descentralização administrativa.

Há nos Açores quem pense que a independência seria melhor solução para estas ilhas; é direito que lhes assista, tal como por esse país fora não falta quem pense que o melhor era voltar ao antigo regime.

Insinuar, porém, que desta Casa safu uma proposta de lei que contém em si germes de separatismo, é como pretender que da Assembleia da República sairá a lei que nos conduzirá aos tempos da Ditadura.

(Aplausos e vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!)

Entendemos que a unidade nacional se constrói, não apenas do nosso lado,

E preciso que se compreenda, em clima de confiança, que a unidade nacional resulta do permanente diálogo entre os titulares dos órgãos do Estado, aqui incluídos os dos órgãos de governo próprio das Regiões.

É esforço de todos os portugueses incluindo os dos Açores. Não pode caber apenas aos açorianos.

Repetimos, o assunto magoa-nos, mas não é um drama, temos as nossas posições e confiamos que os mecanismos da democracia hão-se funcionar, é hão-de encontrar a mais justa solução para os interesses da Democracia, dos Açores, de Portugal.

Dez anos de Autonomia mudaram a face dos Açores. Quem hoje aqui passe não deixará de o reconhecer, é impossível não o testemunhar.

Orgulhamo-nos do que fomos capazes de realizar, cuidando de satisfazer as mais instantes necessidades da nossa Região e do povo açoriano, tendo sempre olhos postos nos mais carenciados, dos que mais precisam de ajuda, tomando decisões que foram difíceis e até custosas, mas tudo

feito em sintonia com a vontade do povo dos Açores e sempre na defesa intransigente dos seus interesses.

Apesar de todas as vicissitudes, quero especialmente saudar e exprimir a nossa inteira solidariedade para com as diligências, as tomadas de posição e a defesa intransigente da nossa Autonomia levadas a cabo por todos os Social-Democratas açorianos, aqui e desde a primeira hora personificada na pessoa do Presidente do PSD Açores, Dr. João Bosco Mota Amaral.

(Aplausos e vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!)

Exprimimos por outro lado, a nossa satisfação e alegria pela presença entre nós de antigos deputados que também muito contribuíram para o arranque e consolidação da Autonomia açoriana.

Queremos ainda neste momento, evocar com saudade a memória daqueles companheiros que prematuramente a morte roubou ao nosso convívio - Dr. José Nuno Almeida e Sousa e Eng.º Angelino Páscoa.

Finalmente, reafirmamos que a comemoração dos 10 anos de Autonomia não se esgota nesta sessão, por considerarmos que o seu momento mais alto será a publicação e entrada em vigor da lei de revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé do PSD e do Governo)

(Neste momento usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Regional para proferir o seu discurso)

Presidente da Assembleia Regional dos Açores

(Reis Leite): Senhor Presidente da República, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente da Assembleia Regional da Madeira, Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Senhor Vice-Almirante, Comandante Chefe das Forças Armadas nos Açores, Senhor Representante do Senhor Bispo de Angra e das Ilhas dos Açores, Senhores Secretários Regionais, Senhores Deputados à Assembleia da República, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores:

Reune-se hoje em Sessão Solene a Assembleia Regional dos Açores para comemorar o décimo aniversário da autonomia democrática, implantada na nossa terra por vontade dos açorianos, que por ela lutaram e a construíram e como resultado do regime de liberdades públicas que a revolução de 25 de Abril trouxe a todos os Portugueses.

Dá-nos a honra de estar entre nós o Senhor Presidente da República, aceitando um convite que lhe dirigimos e de certo para nos trazer a expressão de solidariedade nacional e o expresso apoio da mais alta magistratura da Nação, ao

regime democrático autonómico açoriano.

Comemoramos o passado recente, mas com os olhos postos no futuro, porque é no desenvolvimento do projecto autonómico, iniciado por esta geração de açorianos, que acreditamos estar a solução nacional para as Regiões Autónomas consagradas na Constituição de 1976.

Em democracia plena, a forma mais pura e mais nobre de patriotismo é o esforço pessoal de participação activa na construção das instituições que garantam a paz, a liberdade e o progresso e não é a redução ao silêncio, a obediência cega a princípios anquilosados, a fórmulas esotéricas codificadas por iluminados, que não admitem discussões ou opositores.

Ser-se português não obriga a que não se seja açoriano e um português açoriano é de há séculos uma identidade cultural própria, por mais que as leis o tenham negado ou que os detractores desta evidência, barafustem. Só assim se compreende que comunidades emigradas há mais de 200 anos, com poucos ou nenhuns laços com a terra de origem, em zonas de progresso e amálgama de outras etnias, como é o Sul do Brasil, guardem e se orgulhem da sua origem açoriana e tenham consciência da sua identidade e a defendam.

É que os açorianos não renegam a Pátria a que pertencem, mas como cidadãos livres, convencidos de que vivem numa democracia e por isso com os direitos inerentes, não abdicam de usar esses direitos para se organizarem politicamente, como melhor lhes convém.

A solução constitucional portuguesa, que consagrou um regime autonómico para as ilhas atlânticas, continua a ser, na nossa perspectiva, a que melhor serve a nossa Pátria e felizmente assim o tem entendido, nos momentos cruciais, os Órgãos de Soberania. Esta certeza contudo não nos torna cegos e não deixamos de ver que forças minoritárias, agitadoras e anti-democráticas não desistem de trabalhar para envenenar o clima das boas relações institucionais e para inviabilizar a solução autonómica consagrada na Constituição.

Deputado Natalino Viveiros (PSD): Muito bem!

O Orador: As vezes temos mesmo que os filhos das trevas sejam mais espertos que os filhos da luz!

A nossa vontade e a ajuda de Deus, não o permitirá.

Quizeram vários quadrantes convencer-nos e convencerem-se que os Açores eram um peso morto e um factor negativo no Portugal moderno. Os factos têm provado o contrário e não só os Açores se tem mostrado um trunfo imprescindível na política nacional, como se cria a ideia que, mais do que isso, as Regiões Autónomas se tornaram

na garantia da sobrevivência da nacionalidade...

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

...Não temos razões para não nos alegrarmos com esta teoria, que aliás mais não faz do que aceitar o que de há muito a intelectualidade açoriana vinha laboriosamente construindo. Sermos factor de unidade nacional e aglutinador da Pátria, só nos orgulha, mas não poderemos pacificamente aceitar que esse aparente benefício se vire contra nós e seja a causa de definharem as nossas instituições regionais, da perda dos nossos justos privilégios constitucionais, ou da nossa capacidade de auto-governo.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

O que queremos é que, pelo contrário, essa evidência venha em reforço do nosso projecto autonómico, permitindo-nos mais conscientemente partilharmos da glória de um Portugal engrandecido.

A nossa Pátria construiu-se verdadeiramente na senda da expansão e interpretações viciosas quiseram que a sua observância dependesse do domínio do império ultramarino. Nada mais errado, mas que levou a uma dolorosa situação. Mas pode-se e deve-se reflectir que a nossa vocação continua a ser atlântica e que é interesse nacional, e como tal um desígnio patriótico, construir um sistema político dentro dos parâmetros democráticos constitucionais, que congregue as três parcelas portuguesas, sem hegemonia centralista lisboeta. Tivemos coragem e força anímica para nos libertarmos do império, sem deixarmos de ser Portugal, tenhamos agora a mesma coragem para nos organizarmos, esconjurando os fantasmas do novo colonialismo.

(Aplausos e vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!)

Não perdendo a consciência da nossa atlanticidade e do alto valor estratégico das nossas ilhas, temos serenamente singrado os difíceis caminhos da aproximação à Europa. Somos ilhas europeias e temos consciência que trazemos a esta velha civilização uma dimensão que a favorece e a engrandece. Por isso mesmo ao decidirmos pela Adesão à Comunidade Europeia, quando Portugal o decidiu fazer, não deixámos de usar as nossas prerrogativas estatutárias para participarmos nas diversas fases da negociação e salvaguardarmos os nossos legítimos interesses económicos, culturais e políticos. Não se pode estranhar que agora nos neguemos a desistir de continuar a nossa tarefa e que punhamos como um dos propósitos mais evidentes da autonomia, a defesa dos nossos interesses em Bruxelas e um lugar por eleição directa no Parlamento Europeu...

(Aplausos e vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!)

...Fechar-nos esta porta seria uma afronta sem precedentes e um acto de consequências trágicas.

Aliás a experiência vem em nosso auxílio quando, ao longo destes dez anos que comemoramos, exercemos, com proveito para Portugal, o nosso direito de participação em tratados e acordos internacionais que nos diziam directamente respeito. Não só encontramos benefícios muito significativos para o nosso desenvolvimento, como nos orgulhamos de termos contribuído para dignificar a posição portuguesa e até regenerar as negras páginas do vergonhoso isolacionismo do passado, não esquecendo que através desses acordos se encontrou o caminho para a patriótica tarefa do reequipamento das Forças Armadas Portuguesas.

Uma das características mais valiosas dos açorianos é a sua abertura ao mundo, a profunda compreensão para os fenómenos culturais e políticos que se desenrolam à nossa volta e a capacidade para nos adaptarmos às necessidades e exigências da vida moderna, sem nos despersonalizarmos. Tem-nos servido esta força anímica para nos espalharmos pelo mundo e contribuímos para o desenvolvimento de grandes nações como o Brasil, os Estados Unidos da América do Norte e o Canadá, constituindo comunidades ricas e prósperas que não se desprenderam das suas ilhas e que cada vez mais são elos de ligação imprescindíveis para se compreender o fenómeno da açorianidade. Lutamos para que eles possam participar da nossa vida política, como já o fazem na vida económica, social e cultural e não deixamos de pensar que é justo e desejável ver nesta Câmara representantes eleitos desses açorianos da diáspora, tomem o seu lugar.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

A chave para se compreender os Açores modernos é este orgulho de sermos um povo que não renega as suas origens, que se abre às inovações tecnológicas capazes de lhe garantirem o progresso nas suas ilhas de origem, que se afirma nas comunidades das terras para onde o destino os levou e que contudo continua a preservar e a cultivar as tradições que o individualizam.

Dez anos do regime autónomico foram suficientes para demonstrar a nossa capacidade de nos organizarmos politicamente, para vivermos em paz e progresso e acima de tudo para nos fazer sair do tremendo buraco negro para onde a política centralista nos havia lançado. Provamos que não estamos condenados a sermos irremediavelmente miseráveis, que é possível trazer para o nosso convívio a esperança e a organização duma sociedade moderna capaz de nos garantir o progresso

sem termos forçosamente que sair das ilhas; que se pode singrar os caminhos da cultura, da vida universitária, da pesquisa científica, da vida política, da vida económica, das profissões liberais, etc., sem termos de ir para outras comunidades, empobrecendo a nossa própria. Pode-se finalmente ser nós próprios aqui.

São estas realidades que festejamos e que não sem orgulho queríamos que a Nação festejasse connosco e por isso nos magoa e nos revolta quando se levantam impedimentos a uma serena análise dos factos, quando vemos atravessarem-se invejas e deturpações nas nossas atitudes, ou quando fazendo interpretações sempre e sempre mais restritivas das nossas prerrogativas constitucionais, nos querem subordinar, diminuir ou amesquinhar.

(Aplausos e vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!)

E no Parlamento Açoriano que se centram as nossas comemorações e é justo e lógico que assim seja. Esta Casa é o cérebro e o coração da nossa autonomia. Somos nós que representamos os Açores, com as suas virtudes e os seus defeitos e orgulhamo-nos disso mesmo. Aqui se tem construído os consensos democráticos que permitem o progresso das instituições autónomicas e aqui se tem vivido e sofrido os triunfos e os desânimos destes dez anos. Aqui, como em nenhum outro lugar, tem pulsado o coração de vida política açoriana e aqui se tem usado a inteligência para se valorizar aquilo que nos une, se tem contornado as divergências e se tem limado os legítimos e desejáveis pontos de vista diversos sobre os problemas, para sempre saírem engrandecidos os Açores, os seus interesses e o seu progresso.

A assinalar este decénio ficará, assim o desejamos, o novo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que foi aqui, nesta Casa, carinhosamente construído. Foi o esforço dos deputados desta Assembleia que permitiu, que depois de ser aprovado pelos representantes dos açorianos, fosse discutido e aprovado na Assembleia da República por unanimidade e aclamação, facto que não é de mais realçar. Os caminhos do diálogo tornando-se de uma grande fecundidade e mostraram que quando existe boa fé da parte dos interlocutores as nossas razões até são facilmente aceitáveis, pela sua racionalidade e razoabilidade. Por isso mesmo nos deixamos perplexos e indignados, que mais tarde, se viessem a levantar suspeitas de torpes intenções da nossa parte, ao apresentarmos as nossas propostas. Não podemos ficar olímpicamente indiferentes quando, com injustiça nos apodeiam de separatistas (sempre este fantasma!) e traidores à Pátria e sem fundamento pretendem denegrir as nossas

propostas que são sempre apresentadas com rectas intenções que a caminhada autonómica confirma. Atitudes que ponham em causa a nossa honra de homens de bem e de patriotas, venham de onde vierem, terão de ser veementemente repudiadas.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

Este lamentável incidente ficará infelizmente e com mágoa o digo, a enegrecer esta primeira década da autonomia e só podemos neste momento fazer votos para que o futuro o reduza a um incidente de percurso. Não o esqueceremos porém!

Como disse olhamos o futuro e miramos mais os próximos dez anos do que os passados e por isso não quero deixar de terminar senão com palavras de esperança no devir. Esperança que haja serenidade e discernimento para se reencontrar a necessária força do diálogo para esta grande tarefa nacional que é a autonomia das ilhas atlânticas. Esperança que a democracia continue a pautar as nossas atitudes e os nossos desígnios. Esperança que firmemente nos sintamos apoiados pelos Órgãos de Soberania nesta certeza que servimos dignamente a Pátria, quando lutamos pelos Açores. Esperança enfim que a futura e próxima revisão da Constituição da República Portuguesa seja, também neste particular, como é nosso ardente desejo, a consolidação e ampliação da grande tarefa nacional da Autonomia dos Açores, sem novas dúvidas e suspicácias e acima de tudo com acções que provem as belas palavras.

Tenho dito.

(Aplausos de pé do PSD e do Governo)

Presidente: Vai usar da palavra Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Senhor Presidente da República (Dr. Mário Soares): Senhor Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Senhor Ministro da República, Senhor Presidente do Governo Regional e Senhores Membros do Governo Regional, Senhores Deputados, Senhores Convidados, minhas senhoras e meus senhores:

Quero começar por lhe agradecer, Senhor Presidente da Assembleia Regional, o convite que me dirigiu para estar presente e para usar da palavra nesta sessão comemorativa do décimo aniversário da autonomia.

E, com efeito, o lugar próprio e o momento azado para fazer uma reflexão serena sobre essa pujante realidade do regime democrático português, que é a autonomia, e, ao mesmo tempo, motivo propício a um lançar de olhos sobre o futuro que havemos de construir, no diálogo, como Vossa Excelência referiu há pouco, na aceitação do pluralismo e das diferenças.

Sei que o Senhor Presidente e os Senhores Deputados, gostariam que eu tivesse promulgado a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e que porventura

esperariam mesmo que hoje, aqui, vos anunciasse essa promulgação para dar a esta sessão comemorativa um ar mais festivo.

Em consciência, e tendo em conta as responsabilidades constitucionais que me incumbem, entendi que o não devia fazer, como comuniquei em mensagem fundamentada à Assembleia da República, nos termos da Lei, e como ontem anunciei a todo o País, através da comunicação social.

Não vou aqui desenvolver as razões que fundamentaram a minha decisão e que aliás se destinam, em primeira mão, a um órgão de soberania que a todos os democratas merece o maior respeito - a Assembleia da República. Seria descabido fazê-lo, como compreendem, mau grado a consideração que igualmente me merece esta Assembleia Regional. (Aliás, estive aqui como Primeiro Ministro na 1ª Sessão desta Assembleia que hoje, justamente, comemoramos). Quero, no entanto, salientar-vos, por forma solene, que o reenvio da revisão do Estatuto à Assembleia da República para reapreciação não pode ser considerado, por ninguém, como um acto de menos apreço pela experiência autonómica açoriana, à qual aliás tenho a honra de me considerar vinculado, nas suas fases mais decisivas, quer como parlamentar quer como governante.

Diria mesmo mais: antes pelo contrário. Pois é no aperfeiçoamento legislativo e na ponderação consciente de interpretações divergentes que as instituições se afirmam e desenvolvem, sem dar lugar a ambiguidades injustificadas, a processos de intenção ou a suspeições - num sentido ou noutro - que tenho, no caso vertente, por absolutamente ilegítimos. Foi aqui falado em neo-colonialismo. Foi aqui falado em subordinar, em diminuir, em amesquinhar os açorianos, e eu, como Presidente da República, posso-vos afirmar que essa não é a intenção nem o desejo de nenhum português responsável - muito pelo contrário!

Suscitando-se dúvidas graves de interpretação - designadamente quanto aos números 2 e 3 do artigo 6º - e tendo sido reconhecido, como tem vindo a ser feito, por deputados e dirigentes políticos, de diferentes partidos, que a redacção do texto é infeliz e equívoca, não é criando artificialmente movimentos de mal estar, entre os órgãos de soberania e os órgãos de governo próprio da região, que as dúvidas se dissipam mas antes mediante a assunção de um diálogo sereno, na boa fé e sem escamotear as dificuldades ou incompreensões que acaso existam.

Verifiquei também da parte de muitos dos Senhores Deputados que falaram e do Senhor Presidente da Assembleia, que essa é a vossa intenção, de desenvolver o diálogo e congratulo-me com esse facto.

Lembro-vos que foi sempre neste espírito

que se têm superado as dificuldades e incompreensões, de uma parte e outra, que têm surgido - e algumas houve; eu conheço-as - ao longo dos dez anos do processo autonómico que hoje festejamos. Estou certo que, refreadas as decepções - que aliás em parte compreendo - ou os maus humores conjunturais, é assim que iremos prosseguir, procurando encontrar soluções que mereçam de todos amplo consenso, não suscitem polémicas estéreis nem o ressuscitar de fantasmas que a democracia portuguesa dissipou para todo o sempre.

Somos hoje uma Nação aberta, convivente, livre e plural, que discute em plena liberdade os caminhos do seu futuro, na assunção dos direitos e deveres próprios, aceitando as diferenças e os particularismos que mais realçam a nossa identidade nacional portuguesa. A identidade açoriana é reconhecida como um factor de incontestável enriquecimento nacional e o processo autonómico que, como dispõe a Constituição, se fundamenta em "características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares", tem trazido - todos o reconhecemos em Portugal - incontestáveis benefícios ao povo açoriano e honra à jovem democracia portuguesa.

Tendo jurado, como Presidente da República, "defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição" é óbvio que me considero garante das autonomias regionais, nos termos em que justamente estão consagradas constitucionalmente. Fala-se - e bem, quanto a mim - em autonomia progressiva, ou seja, no aprofundamento institucional de uma experiência de que nos orgulhamos, não só em termos nacionais como europeus, uma vez que a nossa experiência, à semelhança do que sucede com outros países da Comunidade Europeia, em que nos integramos, tem o reconhecimento de prestigiados organismos internacionais, como o Conselho da Europa e o Parlamento Europeu. Mas esse aprofundamento, que terá de ser objecto de um amplo diálogo sem ambiguidades e na confiança, entre os responsáveis - ao nível da República e da Região - não pode deixar de ter como limite único o reforço da unidade nacional que é um dos objectivos que visa a autonomia, nos termos do artigo 227º da Constituição.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

E-me muito grato participar nesta sessão comemorativa, organizada pela Assembleia Regional, cujos deputados saúdo como legítimos representantes do Povo Açoriano. E é-me também muito grato, poder-vos significar, aqui e agora, o meu sincero apreço pelo esforço dispendido no desenvolvimento e progresso da Região, durante os últimos dez anos e também - como aliás foi salientado - significar-vos - é esse o significado da minha presença aqui - a solidariedade nacional em

relação aos Açores.

Seja-me permitido, para terminar, evocar uma figura ímpar, unanimemente respeitada e que tive o privilégio de conhecer nos anos difíceis de 1975, 76: o Cardeal Medeiros. Com ele aprendi - porque assim mo afirmou em circunstâncias inesquecíveis que um dia relatarei - que tendo nascido nos Açores e sendo visceralmente açoriano, e dos melhores, nunca deixou de se considerar entranhadamente português.

(Aplausos de pé do PS e aplausos do PCP e do CDS sentados)

Presidente: O Senhor Presidente da República receberá cumprimentos, no salão do rés-do-chão, dos Senhores Deputados, dos Senhores membros do Governo e dos nossos convidados.

Está encerrada a Sessão.

(Eram 16.30 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão:
PSD - Borges de Carvalho, Cinelândia de Sousa;
PCP - José Decq Mota).

Deputados que faltaram à Sessão: **PSD** - José Leovigildo, Manuel Avila, Manuel Melo).

P'lo Redactor de 2ª classe: José Rodrigues da Costa.